



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES
DE JOVENS E ADULTOS**

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA, DIVERSIDADE SEXUAL, PESSOAS LGBT'S E PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO.

Jerry Adriani da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte - RMEBH
jerryeja@yahoo.com.br

Modalidade: Comunicação Oral

Eixo temático: Identidades e trajetórias na formação dos educadores(as) da EJA

RESUMO

O presente artigo pretende socializar as primeiras constatações de uma pesquisa de doutorado, em desenvolvimento na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisa esta que pretende adensar as reflexões sobre as especificidades dos sujeitos educandos/as jovens, adultos e idosos, em processo de alfabetização e escolarização correspondente ao Ensino Fundamental, na modalidade de EJA, de escolas municipais de Belo Horizonte-MG. Buscará compreender e explicar os modos como educandos/as e educadores/as constroem e significam as relações sociais a partir dos processos de inclusão escolar de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros – LGBT's – na EJA. Com metodologia de trabalho orientada pelos princípios da pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais, a partir dos dados coletados em *blogs* e *sites* diversos, acervos históricos e documentais da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte – SMEDBH, do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte – CMEBH, de escolas municipais, dentre outras instituições, busca-se nos projetos pedagógicos, registros da coordenação pedagógica das escolas, pareceres, cartilhas, guias, orientações, e demais documentos que tratem do direito à educação e discutam a inclusão escolar de pessoas LGBT's, mapear situações de promoção da igualdade de gênero e sexo, bem como as de homofobia no espaço escolar.

PALAVRAS-CHAVE: EJA, Diversidade Sexual, população LGBT's.



INTRODUÇÃO

O meu interesse em compreender e explicar os modos como educandos/as e educadores/as constroem e significam as relações sociais no cotidiano da Educação de Jovens e Adultos – EJA – vem desde o curso de Mestrado em Educação, concluído no mês de junho de 2010, na Faculdade de Educação da UFMG, sob a orientação do Professor Dr. Leôncio José Gomes Soares, com a dissertação intitulada: Um Estudo Sobre as Especificidades dos/as Educandos/as da EJA: *tudo junto e misturado!*

Durante a realização da pesquisa, busquei perceber e analisar em que medida os/as educandos/as são reconhecidos/as, em suas especificidades, nas propostas pedagógicas de instituições escolares que ofertam a modalidade. Verifiquei que esses estabelecimentos educativos, na maioria das vezes, não destacam as questões das identidades, diversidades e diferenças culturais dos/as estudantes e dão grande importância aos métodos e conteúdos disciplinares, bem como às propostas de avaliação e aos exames de certificação. Os “sujeitos da EJA” são definidos a partir de categorias que não fazem distinções de gênero, raça, orientação sexual¹, religiosidade, diversidade etário-geracional, inserção no mundo do trabalho e nos espaços das cidades. Descrevi e analisei as diferenças e as contradições vividas pelo público dessa modalidade educativa. Enfatizei o caráter ativo e reflexivo da condição humana e constatei a força da estrutura social, da materialidade e da linguagem na constituição desses indivíduos. Percebi a perspectiva analítica que os sustenta, enquanto intérpretes de suas realidades e por isso afirmo que as especificidades dos/as educandos/as da EJA possuem uma amplitude a qual merece outros estudos que aprofundem a questão.

Constatei que as reflexões sobre sexo², sexualidade³ e diversidade sexual⁴ têm maior resistência por parte de estudantes e educadores/as em relação às demais

¹ A expressão *orientação sexual* será usada, neste artigo, para indicar a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra, localizada num *intervalo aberto* que pode variar horizontal, vertical e transversalmente da heterossexualidade exclusiva até a homossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade.

² A palavra *sexo* aparecerá com dois sentidos diferentes: um refere-se ao gênero e define como a pessoa é, ao ser considerada como sendo do sexo masculino ou feminino; e o outro se refere à parte física da relação sexual, o genital ou o ato sexual.



especificidades dos/as jovens, adultos/as e idosos/as. Quando “pautadas” no espaço institucional, aparecem orientadas pelos princípios da heterossexualidade monogâmica e são, muitas vezes, tratadas como prática sexual na lógica da perversão e da prostituição, que deve ser combatida. Dessa forma, normalmente, a abordagem educativa recai nos métodos contraceptivos, na gravidez na adolescência, no uso de preservativos, nas doenças sexualmente transmissíveis e na AIDS. As identidades sexuais⁵ são minimizadas e não se verificam outras abordagens sobre a sexualidade, enquanto uma dimensão natural e humana, muito menos afetiva.

Cabe destacar, no entanto, que a pesquisa realizada apenas tangenciou essas questões, uma vez que os objetivos daquele trabalho eram outros. Contudo, saltou aos olhos as tensões, os embates e os conflitos gerados em função das vivências, orientações e identidades sexuais das pessoas, no cotidiano das escolas pesquisadas. Violência manifestada em forma de chacotas e piadas que, na maioria das vezes, evoluíam para agressões verbais e, por pouco, físicas.

Por se tratar de uma questão emergente, propus o aprofundamento de tais questões, em nível de doutorado, já que a temática da diversidade sexual aparece no campo da EJA de forma pontual. Em consulta ao *site* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPed (acesso em 31/10/13), verifiquei que, entre os anos de 2000 e 2011 (23ª a 34ª reunião), no GT 18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultas, não foi apresentado nenhum trabalho que articulasse a EJA com as temáticas da sexualidade e da diversidade sexual. No GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação, há o registro de apenas um trabalho que

³A *sexualidade* é entendida por mim como sendo uma parte integral da personalidade de todo ser humano. Seu desenvolvimento total depende da satisfação de necessidades humanas básicas, quais sejam: desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor. É construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O total desenvolvimento da sexualidade é essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social (FURLANI, 2009 p.302). Neste texto, a palavra *sexualidade* será, então, empregada para designar as subjetividades acerca dos sentimentos, fantasias, desejos, sensações e interpretações que transcendem os limites do ato sexual.

⁴A expressão *diversidade sexual* será utilizada para incluir os homens e as mulheres que possuem identidades e comportamentos sexuais “fora do padrão” preconizado pelos princípios da heteronormatividade.

⁵ A expressão *identidade sexual* assinala o conjunto de características sexuais que diferenciam uma pessoa das demais e que são expressas pelas preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. A identidade sexual é o sentimento de masculinidade ou feminilidade que acompanha a pessoa ao longo da vida. Nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa.



“masculinidade” de estudantes da EJA, desde a sua criação, em 2004, na 27ª reunião.

O projeto de pesquisa⁶ em desenvolvimento pretende adensar as reflexões sobre as especificidades dos sujeitos educandos/as jovens, adultos e idosos. Estou abordando estudantes em processo de alfabetização e escolarização correspondente ao Ensino Fundamental, na modalidade de EJA, em escolas municipais de Belo Horizonte, bem como seus/suas educadores/as, com o intuito de compreender e explicar os modos como educandos/as e educadores/as constroem e significam as relações sociais a partir dos processos de inclusão escolar de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros – LGBT’s⁷ na EJA, com metodologia de trabalho orientada pelos princípios da pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais⁸.

Para coletar os dados estou realizando acessos a *blogs* e *sites* diversos, visitas, observações e consultas aos acervos históricos e documentais da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte – SMEDBH, do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte – CMEBH, de escolas municipais, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais de Belo Horizonte – CRLGBT-BH, do Núcleo de Atendimento e Cidadania LGBT da Polícia Civil, do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da

⁶ *As relações sociais construídas a partir dos processos de inclusão escolar de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros – LGBT’s na educação de jovens e adultos – EJA da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – MG.* Projeto de pesquisa de Doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas. Orientador: Professor Dr. Leôncio José Gomes Soares

⁷ Usarei a sigla LGBT’s no corpus deste projeto identificar uma parcela da sociedade, da qual fazem parte as pessoas que têm orientações, comportamentos e identidades sexuais fora do padrão heteronormativo. No Brasil, a maioria dos movimentos sociais LGBT’s reconhece e se reconhece nesta sigla. Fora do Brasil, são crescentes os movimentos denominados pós gays que buscam se afirmar com designações diversas. A nova sigla que já ganha espaço oficial em universidades dos Estados Unidos é LGBTTTQQIAA ou LGBTQIA. Na primeira, cada grupo social tem sua própria letra e na segunda, a mesma letra designa diferentes gêneros. Além do “T” que identifica travestis, transexuais e transgêneros, o “B” passa a incluir o grupo que se identifica como bigênero. O “Q” pode ser de questionador ou de queer e o “I” é de intersexo. O “A” simboliza tanto aliado (simpatizante) como gênero ou assexuado. (SCHULMAN, 2013)

⁸ Alguns discordarão da reduplicação dos termos “humanas e sociais”, argumentando que não há dissociação substantiva entre as ciências sócias e as ciências humanas, porque as chamadas ciências humanas são todas sociais e as ciências que se reconhecem como sociais não podem prescindir de homens e mulheres que são os atores fundamentais dos processos sociais (CHIZZOTTI, 2006, p.13).



Associação das Travestis e Transexuais de Minas Gerais – ASSTRAV, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – ANTRA, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLBTT, do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais – CELLOS, dentre outras, buscando projetos pedagógicos, registros da coordenação pedagógica das escolas, pareceres, cartilhas, guias, orientações, e demais documentos que tratem do direito à educação e discutam a inclusão escolar de pessoas LGBT's.

Esse processo inicial me ajudará a selecionar duas instituições escolares e quatro sujeitos que irão ser ouvidos individualmente. A partir da definição, realizarei novas observações, registros e acompanhamento das aulas, dos momentos de socialização (recreio, merenda e trabalhos de campo), bem como reuniões de planejamento e avaliação dos/as educadores/as, conselhos e assembleias escolares. Também pretendo me valer de questionários que serão aplicados aos/às educandos/as e aos/às educadores/as e de gravações de testemunhos, depoimentos e narrativas para mapear situações de homofobia no espaço escolar.

Proponho, na sequência, realizar análise de conteúdo, análise de narrativas e conversações, bem como confrontar todo o material coletado, com estudos e resultados de pesquisas em EJA, identidades, diversidade sexual, processos de socialização e sociabilidades. Espero, dessa maneira, além de contribuir com as reflexões sobre as especificidades do/as educandos/as da EJA, fornecer elementos para a promoção de uma ação pedagógica de reconhecimento dos direitos humanos subjetivos, da cidadania e da igualdade.

Este artigo foi, originalmente, apresentado no VII Congresso Nacional de Pesquisadores/as Negros/as – VII COPENE, em julho de 2014, em Belém do Pará.

JUSTIFICATIVA

As constantes investidas contra a população LGBT's, atualmente, seriam um ponto de partida interessante para se começar uma reflexão sobre diversidade sexual no Brasil. Agressões em espaços públicos, manifestações de preconceito e discriminação e, ainda, as ações das igrejas católica e evangélicas, protagonizadas por suas lideranças e parlamentares,



em com ódio, violência e terror as ações promovidas pelos movimentos LGBT's e demais movimentos sociais que lutam pelo direito à dignidade e à liberdade de expressão.

Desde o início da década de 1980, a luta pelos direitos humanos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros tem se fortalecido no Brasil e em vários países do mundo e forçado o alargamento da pauta de reivindicações de direitos subjetivos necessários à vida numa sociedade contemporânea. Essa parcela da população brasileira, além de lutar, como as outras minorias, pela efetivação de direitos sociais básicos, trava batalha específica pela efetivação dos direitos sexuais⁹.

Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na inerente liberdade, dignidade e igualdade de todos os seres humanos. Uma vez que a saúde sexual é um direito fundamental, então a saúde sexual deve ser um direito humano básico. Para assegurarmos que os seres humanos e a sociedade desenvolvam uma sexualidade saudável, os direitos sexuais devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas as sociedades de todas as maneiras. Saúde sexual é o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita estes direitos sexuais (FURLANI, 2009, p. 302)

Os militantes pleiteiam, no Brasil e em diferentes países do mundo, políticas de reconhecimento dos direitos civis, sociais e políticos, concretizadas em ações de promoção e acesso à saúde e à justiça, bem como a inclusão, permanência e sucesso na educação, além de assistência social, trabalho, emprego, renda etc. Atuam na sensibilização e interpelação de órgãos estatais para a implementação de ações governamentais de inclusão social da comunidade LGBT's. Como já disse anteriormente, a educação assume nessa luta um lugar estratégico, já que é por meio do processo educacional que um país forma a consciência cidadã, amplia o acesso aos direitos sociais e garante uma equidade necessária para o seu desenvolvimento.

⁹ Elaborada durante o 13º Congresso Mundial de Sexologia, realizado em 1997, em Valência-Espanha e revisada no 14º Congresso Mundial de Sexologia, em 1999, em Hong Kong-China, a Declaração dos Direitos Sexuais concerne a diversas identidades sexuais e pode ser enxergada enquanto um marco político no campo das lutas, reivindicações e busca por reconhecimento dos grupos e/ou sujeitos subordinados. São eles: (1) direito à liberdade sexual; (2) direito à autonomia sexual, à integridade sexual e à segurança do corpo sexual; (3) direito à privacidade sexual; (4) direito à justiça e equidade sexual; (5) direito ao prazer sexual; (6) direito à expressão sexual emocional; (7) direito à livre parceria sexual; (8) direito a fazer escolhas reprodutivas livres e responsáveis; (9) direito à informação baseada na investigação científica; (10) direito à educação sexual integral; (11) direito à atenção à saúde sexual.



Alguns

avanços já são notados na sociedade brasileira como frutos oriundos dessa luta pela cidadania: (a) a retirada das homossexualidades do código de doenças pelo Conselho Federal de Medicina em 1985 (alguns anos antes da Organização Mundial de Saúde fazer o mesmo); (b) a criação da Resolução nº 01 de 1999, pelo Conselho Federal de Psicologia, que estabeleceu “normas de atuação para os/as psicólogos/as em relação à questão da orientação sexual. Determinou-se que nenhum/a desses/as profissionais pode exercer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, muito menos submeter qualquer pessoa a “tratamento de cura” tendo sempre em vista que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão; (c) ampliação dos aparatos jurídicos que reconhecem e validam os relacionamentos homoafetivos¹⁰ estáveis; dentre outros.

Em um contexto de enfrentamento ao processo discriminatório dos LGBT's, foi criado também, em 2004, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o “Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à discriminação contra LGBT's e de Promoção da Cidadania Homossexual”. O referido programa destaca-se como uma importante política de inclusão social e convoca diversas entidades governamentais federais, estaduais e municipais para a promoção do respeito à diversidade sexual e para o combate às várias formas de violação dos direitos humanos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Dentre as ações do “Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à discriminação contra LGBT's e de Promoção da Cidadania Homossexual” merecem destaque a proposta de disseminação de informações sobre direitos e a promoção da autoestima sexual, através de ações educativas pautadas em valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual.

A história de luta política do Movimento LGBT's provocou a implementação de políticas que visaram a ações de promoção da cidadania e dos direitos humanos e de combate à homofobia. O Governo Federal, ao acolher os resultados da I Conferência Nacional LGBT's¹¹, estabeleceu as diretrizes e medidas necessárias à transformação do Plano Nacional

¹⁰ A relação homossexual ou homoafetiva, marcada pela existência de um vínculo afetivo e amoroso e da qual decorre vida em comum e amparo recíproco está regulamentada pelo Direito no que diz respeito à união estável, partilha de bens, direitos sucessórios, entre outras diversas questões.

¹¹ Realizada em Brasília, em 2008, a I Conferência Nacional LGBT, tendo como tema “Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP

de
Promoç

ão da Cidadania e Direitos Humanos LGBT's em *Plano de Ação da Gestão Pública*. Fortaleceu, ainda, o Programa Brasil sem Homofobia, favoreceu a execução de diversas ações na área educacional, financiou projetos de capacitação de professores/as e demais profissionais da educação e, ainda, implementou o Programa Educação para a Diversidade e Cidadania, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (SECAD/MEC).

É fato que um debate há muito escamoteado no interior da sociedade brasileira é o sobre a forma como lidamos com a diversidade de práticas, vivências e orientações sexuais. Há nessa temática uma grande lacuna a ser explorada, dentro e fora do campo educacional, uma vez que a intolerância à diversidade sexual implica não apenas na negação do direito à educação, mas também na negação de outros direitos subjetivos, inclusive o do direito à vida.

A experiência e as primeiras imersões no campo me permitem afirmar que as discussões sobre as sexualidades e diversidade sexual ainda têm pouca capilaridade na educação e que a escola ainda é vista como campo estratégico para a construção das identidades sociais. Dependendo do posicionamento político encaminhado, elas atuam na reprodução, ou não, dos papéis sexuais hierarquicamente estabelecidos.

Os métodos e os artefatos escolares, as linguagens envolvidas nos processos de comunicação, as atitudes pessoais diante do que é dito e do que não é dito na escola, tudo isso nos constitui: meninas e meninos, mulheres e homens, negros, brancos, indígenas, gays, heterossexuais, negras, lésbicas... Essa construção das identidades culturais é um processo permanente, articulado por inúmeras instâncias sociais (entre elas a Escola) que realiza pedagogias da sexualidade, do gênero e das relações étnico-raciais. Essas pedagogias podem tanto reiterar as identidades e as práticas hegemônicas, quanto podem permitir a visibilidade e a disponibilidade de representações contrárias e/ou alternativas (FURLANI, 2009. p.293)

Refletir sobre as formas com as quais a educação, sobretudo a de jovens e adultos, atua na manutenção, ou não, das hierarquias sexuais, nos dias atuais, parece-me indispensável e necessário. Nesse sentido, algumas indagações precisam ser feitas: (a) os projetos pedagógicos, os materiais didáticos e as atividades cotidianas consideram as diferenças entre os/as educandos/as e contém atividades que valorizem as potencialidades de cada um/a, sem discriminação e sem preconceitos? (b) Quando se aborda a questão da sexualidade na escola, a diversidade sexual é vista com naturalidade? (c) Os modelos e as práticas vigentes na EJA



a construção de uma escola e uma sociedade democráticas, em que são reconhecidos e promovidos os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros e, ao mesmo tempo, eles problematizam todas as formas de preconceito, discriminação e violência, dentro e fora da escola? (d) Os/as profissionais da educação têm facilidades ou dificuldades de acolher a diversidade sexual em suas salas de aula? (e) Os/as educadores/as analisam os resultados das avaliações dos/as seus/suas educandos/as e estão atentos/as à questão do sexo e da orientação sexual dos/as mesmos/as? (f) Frente às situações de discriminação, preconceitos sexuais e homofobia, os/as educadores/as silenciam-se ou fazem as mediações necessárias? (g) Quais as ações empreendidas para criar as condições necessárias para que todos/as os/as educandos/as permaneçam no processo de escolarização exercitando seu direito à educação e à socialização? (h) Quais são as ações de formação existentes para ajudar os/as educadores/as a conduzir as práticas educativas relativas à questão da diversidade sexual em sala de aula?

Tais indagações podem até ser classificadas, à primeira vista, como retóricas, mas quando falamos em educação enquanto um direito de todos/as, reiteramos o dever do estado como garantidor das condições adequadas para a viabilização da educação formal. Dessa maneira, torna-se importante afirmar que a escola precisa assegurar o acesso, a presença e a permanência do/a estudante nela e asseverar: (a) o respeito às diferenças individuais; (b) o desenvolvimento da aprendizagem, de forma a garantir uma vida escolar de sucessos e aumentar a autoestima; (c) a formação de um cidadão consciente, crítico e confiante em sua capacidade; (d) o desafio de despertar no aluno o espírito de inclusão, sujeito participe do processo de aprendizagem; (e) o ambiente escolar enquanto um local de convivência social harmônica e de formação plena para a vida cidadã, de todos/as os/as alunos/as, independentemente de cor, raça, credo, convicção filosófica ou política, identidade de gênero e orientação sexual.

Dados da pesquisa, realizada no ano de 2009, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), vinculada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), juntamente com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) ratificam a necessidade da implementação de políticas educacionais cada vez mais contundentes no enfrentamento ao preconceito sexual dentro dos ambientes escolares. É urgente incluir grupos discriminados e ajudar a construir uma sociedade que não somente tolera, mas que também aceita as pessoas como elas são. Tal



estudo sobre ações discriminatórias e indicou a presença da intolerância à diversidade sexual na sociedade brasileira e, em especial, na escola.

Sobre a existência de preconceito contra as pessoas LGBT's no Brasil, quase a totalidade dos/as entrevistados/as respondeu afirmativamente: acreditam que existe preconceito contra travestis 93%, contra transexuais 91%, contra gays 92%, contra lésbicas 92% e 90% acham que no Brasil há preconceito contra bissexuais. Mas quando perguntados se são preconceituosos/as, apenas 29% admitiram ter preconceito contra travestis, 28% contra transexuais, 27% contra lésbicas e bissexuais e 26% contra gays.

Nas escolas nas quais foram verificadas atitudes preconceituosas, seja entre os/as estudantes, professores/as ou funcionários/as, verificaram-se também, por exemplo, baixos resultados na Prova Brasil. Essa constatação corrobora o pensamento de que o percurso escolar dos/as educandos/as é inerente às suas condições humanas e a visão e as expectativas que a escola e seus/suas profissionais têm desses/as educandos/as interferem no sucesso ou no fracasso desses/as. Os resultados sugerem, ainda, que a escola já elegeu, previamente, aqueles e aquelas que não são passíveis de frequentar seus bancos e de construir conhecimento.

Outra pesquisa, realizada pela UNESCO em 2004, confirma a constatação de que a homofobia, enquanto uma prática social e institucional de discriminação e violência contra a população LGBT's, produz efeitos sobre toda a sociedade brasileira e incide nas trajetórias educacionais e formativas, bem como nas possibilidades de inserção social de milhões de jovens LGBT's. Além disso, ela tende a privar cada um/a desses/as jovens dos seus direitos mais básicos, por meio de mecanismos e processos perversos, tais como: (a) insegurança, estigmatização, segregação e isolamento; (b) incidência de preconceitos nos padrões sociais entre estudantes e destes com os/as profissionais da educação; (c) redução das expectativas quanto ao sucesso e ao rendimento escolar; (d) dificuldade de permanência na escola; (e) tumulto no processo de configuração identitária e a construção da autoestima; (f) prejuízo ao processo de inserção no mercado de trabalho; (g) ensejo da invisibilidade e visibilidade distorcidas; (h) afetamento no seu bem-estar subjetivo. (DOM-BH, 2009, Ed.3386)

As informações mencionadas acima confirmam a importância de ações que fortaleçam as identidades sexuais e de gênero, de forma a garantir o reconhecimento e a permanência desses sujeitos em espaços de sociabilidade. As identidades sexuais e de gênero são construções sociais e históricas, que revelam como as pessoas se sentem, se apresentam e são reconhecidas por seus pares. Valorizar práticas que legitimem as identidades de gênero na



ser uma estratégia fundamental para aumentar o sucesso escolar, facilitar a permanência nas escolas e valorizar a autoestima dessa parcela da sociedade.

Com o objetivo de propor diretrizes para a implementação de políticas públicas para a promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, realizou-se, em Brasília, no ano de 2008, a I Conferência Nacional de Direitos Humanos e Políticos de LGBT's.

Sobre as recomendações da conferência, na seção que trata da educação, destaco: (a) a inclusão da população LGBT's em programas de alfabetização; (b) o fomento e apoio a cursos de pós-graduação sobre diversidade sexual em parceria com as universidades públicas para a formação de professores/as, gestores e profissionais que atuam nas diferentes áreas de gestão pública; (c) a criação de um programa de bolsas de estudos que incentive a qualificação ou educação profissional de travestis e transexuais em diversas áreas; e (d) a inclusão da temática das famílias compostas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em livros didáticos.

O desdobramento dessa conferência foi o lançamento em 14 de maio de 2009 do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT's. Os dados desse plano revelam que as taxas de analfabetismo e a baixa escolarização dessa população são inquietantes. Segundo o Guia de Prevenção das DST/AIDS e Cidadania para Homossexuais, da Secretaria de Políticas de Saúde, do Ministério da Saúde, as travestis, de uma forma geral, possuem baixa escolaridade, visto que o processo de hormonização e/ou aplicação de silicone no corpo para torná-lo mais feminino inicia-se ainda na adolescência, fase da vida em que ainda estão na escola e, imaturos, não conseguem suportar as chacotas ou violências que tal processo gera no ambiente escolar. Esse fato é determinante para o abandono dos estudos muito cedo, o que ocasiona baixa ou nenhuma qualificação educacional e profissional das travestis. (Ministério da Saúde, 2002, p.44)

Verificam-se dificuldades de consolidação de políticas educacionais de acesso e permanência dessas pessoas nas escolas. Muitos são os relatos nos quais homossexuais, transexuais e travestis são hostilizados nos espaços escolares, sobretudo nos momentos e locais em que os/as educadores/as não estão presentes: recreio, pátio e banheiros. Tais constatações corroboram a necessidade de pesquisas que articulem educação, EJA e diversidade sexual.

A proposta de realizar um estudo sobre a inclusão social de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, sexualidades e diversidade sexual na EJA



aproximar das especificidades pertencentes a um grupo “minoritário” que foi, historicamente, excluído da escola e da sociedade. Apresenta-se como um desafio, visto que, até bem pouco tempo, tanto a EJA quanto as temáticas relacionadas à diversidade sexual eram marginais na academia.

Quando me debruço sobre os processos de inclusão escolar de pessoas LGBT’s, sei que estou lidando com sujeitos que se encontram, em sua maioria, “do outro lado da linha abissal do pensamento moderno”, conforme descreveu MENESES & SANTOS (2010). Para os autores, há grupos sociais (mulheres, homossexuais, travestis, transexuais, negros, adeptos e seguidores de religiões de matriz africana, evangélicos, pobres, moradores de vilas e favelas etc) que são histórica e ativamente produzidos como invisíveis e inexistentes. Verifica-se que o nível de escolarização desse grupo é o menor na sociedade brasileira e isso, normalmente, é usado para infligir a essas minorias o lugar da irracionalidade, da ignorância, dos sem-lei, do misticismo, do promíscuo e do monstruoso. Cabe destacar que as relações de poder que resguardam os que estão “deste lado da linha”, no lugar da racionalidade, do conhecimento, das leis, das crenças, são pouco tematizadas nos estudos sobre os sujeitos da educação.

Na educação, e por que não dizer, na sociedade, quando se identifica aqueles/as que se encontram “do outro lado” da linha, nota-se uma hierarquização, ou seja, as formas de exclusão e discriminação são mais ou menos cruéis, dependendo da “distância” que estes/as estão da “linha”. Educandos/as e educadores/as que publicizam viver uma sexualidade ou ter comportamentos sexuais fora do padrão heteronormativo ocupam posições inferiores na “hierarquia da tolerância”.

Pensar a diversidade que compõe a população LGBT’s permite afirmar que as pesquisas em ciências humanas e sociais (um destaque aqui para a educação) precisam avançar, sobretudo na EJA, uma modalidade educativa que pretende acolher os/as educandos/as jovens, adultos/as e idosos/as num tempo da vida, em que a dimensão sexual configura-se como um fator importante nas formas de interação e de relação com o outro e com o mundo.

Como se trata de um objeto pouco debatido, no momento das análises, pretendo me valer de conceitos e categorias que não se encontram firmemente arraigadas na tradição teórica das ciências sociais. Assim, a perspectiva pós-estruturalista será incorporada a esse trabalho, apesar de estar ciente da existência das polêmicas em torno desse referencial. Tal



NS (1999) acredito que o pensamento pós-estruturalista enfatiza alguns pontos que não podem ser desprezados em uma pesquisa qualitativa.

O estruturalismo e também o pós-estruturalismo são tradições mortas de pensamento. Apesar das promessas de juventude, não conseguiram promover a revolução que apregoavam na filosofia e na teoria social. Na presente discussão, ao invés de escrever-lhes o obituário, indicarei o que eles nos transmitem com respeito a posses intelectuais que ainda podemos utilizar. Pois, embora não hajam transformado nosso universo intelectual da maneira que pretendiam, chamaram atenção para alguns problemas de considerável e duradoura importância (GIDDENS, 1999, p.281).

Entre as heranças intelectuais suscitadas pelo pós-estruturalismo, o autor destaca o descentramento dos sujeitos na contemporaneidade, o peso da linguagem na constituição identitária e o lugar das oposições binárias no pensamento moderno. Trata-se, pois, de pontos amplamente debatidos nos encontros de LGBT's, que enfatizam o caráter aberto e provisório das identidades sexuais, bem como a força da palavra na constituição do real. Como movimento social, esse grupo busca desnaturalizar as identidades sexuais, demonstrando sua construção social. Além de nos chamar a atenção para o aspecto cultural e histórico dessa categoria, o movimento procura articular o sexo e a sexualidade às relações de poder. Nesse aspecto, enfatizam o peso da religião, da ciência e da linguagem na constituição de uma sociedade heteronormativa. Outro ponto é o caráter relacional e o peso da diferença cultural na constituição da identidade heterossexual.

Na medida em que defendem que não existe uma fixidez identitária e que os sujeitos possuem vários centros de referências, variando de acordo com contextos e situações, penso que o pensamento pós-estruturalista possui um valor intelectual que serve como referência para ações coletivas, como o movimento LGBT's. No entanto, pretendo evidenciar o caráter ativo e reflexivo dos sujeitos que, como intérpretes de suas ações sociais, eles e elas dão sentido, significados e inteligibilidades às próprias ações.

Para alcançar o objetivo geral¹² da pesquisa realizarei teorizações e, declaro minha predileção pelas pós-críticas. Além do pós-estruturalismo, já mencionado, pretendo me valer de conceitos do pós-modernismo, dos estudos de gênero e pós-gênero, do pensamento da diferença, dos estudos culturais e da teoria *Queer*. Conceitos estes, fundamentados em Michel

¹² Compreender e explicar as relações sociais construídas a partir dos processos de inclusão escolar de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros – LGBT's na Educação de Jovens e Adultos – EJA da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – MG.



Jacques Derrida, Jacques Lacan, Robert Connell, Stuart Hall, Manoel Castells, Zygmunt Bauman, Nikolas Rose, Judith Butler, Joan Scott, Guacira Lopes Louro, Gayle Rubin, Deborah Britzman, Tamsin Spargo dentre outros/as.

Na pós-modernidade, parece necessário pensar não só em processos mais confusos, difusos e plurais, mas, especialmente, supor que o sujeito que viaja é, ele próprio, fragmentado e cambiante. É possível pensar que esse sujeito também se lança numa viagem, ao longo de sua vida, na qual o que importa é o andar e não o chegar. Não há um lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto (LOURO, 2004 p.13).

Pretendo analisar os tipos de relações interpessoais estabelecidas entre os/as educandos/as e educadores/as da EJA, a partir da expressão sexual dos demais, considerando as perspectivas construcionistas de Louro (2001) que questiona o essencialismo e o determinismo biológico e afirma que é preciso pensar os gêneros enquanto uma construção social.

Nossa tarefa seria perturbar a aparente solidez desse par binário e entender que esses dois elementos estão mutuamente implicados, dependem um do outro para se afirmar, supõem um ao outro. Ainda que por toda a parte se afirme a primazia da heterossexualidade, observamos que, curiosamente, ela se constituiu como a sexualidade-referência *depois* da instituição da homossexualidade. A heterossexualidade só *ganha sentido* na medida em que se inventa a homossexualidade. Então, ela *depende* da homossexualidade para existir. O mesmo pode ser dito em relação ao sujeito heterossexual: sua definição carrega a negação de seu oposto. Ao dizer: *eu sou heterossexual*, um homem ou uma mulher acabam invariavelmente por ter de recorrer a algumas características ou marcas atribuídas ao homossexual, na medida em que ele ou ela precisam afirmar também o que *não são*. Do outro lado do par, o movimento será o mesmo: a homossexualidade precisa da heterossexualidade para dizer de si. Há uma reciprocidade nesse processo. A dicotomia sustenta-se numa única lógica (LOURO, 2009 p.89)

Butler (2003) também nos leva a entender a necessidade de romper com o sistema binário que confirma a relação entre gênero e sexo, ao afirmar que o primeiro é determinado pelo segundo. Afirma ainda que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero dos indivíduos são o resultado de um constructo social e que, portanto, não existem papéis sexuais essencial ou biologicamente inscritos na natureza humana, antes formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais.



importa

nte destacar que tenho buscado aprofundar meus estudos sobre a *Teoria Queer*¹³ para melhor compreender os processos de socialização e sociabilidades de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, bem como as representações sobre sexo, sexualidade e diversidade sexual presentes no cotidiano das instituições pesquisadas.

E, engajado nas lutas contra toda forma de preconceito e discriminação, espero que esse estudo contribua com o combate à homofobia, ao sexismo, à misoginia, LGBTfobia e outras formas de exclusão e violência dentro e fora da escola.

BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel G. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In SOARES, Leôncio & GIONVANETTI, Maria A.G. de C. & GOMES, Nilma Lino(org.) *Diálogos na educação de jovens e adultos.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRITZMAN, Deborah. **O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo.** *Educação e Realidade*, vol. 21, n. 1, jan./jul. 1996.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo.** In LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Vozes, 2006.

CONSELHO Nacional de Combate à discriminação. **Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DOM, Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – Ed. 3386. **PARECER CME-BH Nº 52. Garantia em toda a Rede municipal de Ensino de Belo Horizonte do uso do nome social de alunos travestis e transexuais maiores de 18 anos.** Belo Horizonte, 23 de julho de 2009. www.pbh.gov.br/dom

¹³ A teoria Queer, abordagem pós-estruturalista, é baseada no referencial teórico de Foucault, Derrida e Butler. Os estudos da teoria *queer* buscam melhor compreender as formas de estar no mundo de um grupo de pessoas dispostas a romper com a ordem heterossexual compulsória estabelecida na sociedade contemporânea, e mesmo com a ordem homossexual padronizante, que exclui as formas mais populares, caricativas e até artísticas de condutas sexuais. Assim, travestis, *drag-queens*, transexuais e outras pessoas consideradas estranhas, e por isso, não aceitas socialmente, ao se denominarem *queer* ganham espaço social e individualidade, se distanciando cada vez mais de conceitos tais como desviantes ou aberrações.



Carlos. **Orientação Sexual nas Escolas Públicas de São Paulo.**In: JUNQUEIRA, Rogério (org.) *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.* Brasília: Ministério da Educação/SECAD/UNESCO, 2009.

FERRARI, Anderson. **Revisitando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo.** In: FAVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis (orgs.) *Educação como exercício de diversidade.* Brasília: Ministério da Educação/SECAD/ UNESCO, 2009.

FIGUEIREDO, Regina; PEIXOTO, Marcelo. Profissionais do sexo e vulnerabilidade. **BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.),** São Paulo, v. 12, n. 2, ago. 2010. Disponível em <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo> - acessado em 15 abril 2012.

FLICK, Uwe & NETZ, Sandra. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edição Graal, 1982.

FURLANI, Jimena. **Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Pedagogia Queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual?** In: JUNQUEIRA, Rogério (org.) *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.* Brasília: Ministério da Educação/SECAD/UNESCO, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Estruturalismo, Pós-Estruturalismo e a Produção da Cultura** In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.) *Teoria Social Hoje.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999.

LIONÇO, Tatiana & DINIZ, Débora. **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio.** Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Heteronormatividade e Homofobia.** In: JUNQUEIRA, Rogério (org.) *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.* Brasília: Ministério da Educação/SECAD/UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul.** Porto: Almedina, 2010. 2ª ed.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1999.

PARGA NINA, L. et all. **Configuração de situação de pobreza.** Rio de Janeiro: PUC/Rio, 1983.



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES
DE JOVENS E ADULTOS**

V Seminário Nacional

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação
UNICAMP - Campinas, SP*

PRAD
O,
Marco

Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade.** São Paulo: Cortez, 2008.

SHULMAN, Michel. **Assexuados, bichas & Cia. A nova geração de gays nas universidades dos Estados Unidos.** São Paulo: Jornal Folha de São Paulo online, acesso em 16/11/13.

SILVA, Jerry Adriani da. **Um Estudo Sobre as Especificidades dos/as Educandos/as da Educação de Jovens e Adultos – EJA: tudo junto e misturado!** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação-UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SOARES, Leôncio. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir.** São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil. São Paulo, v17, 2004.